



MINHA MÃE VEM ME BUSCAR: A ESPERANÇA DAS CRIANÇAS QUE VIVEM EM ABRIGO

**Danúbia Carvalho de Freitas Ramos¹, Halline Mariana Santos Silva²,
Suely dos Santos Silva³**

¹Universidade Federal de Goiás - Jataí/ danubiafreitas@uol.com.br

² Universidade Federal de Goiás - Jataí/ hallinemariana@hotmail.com

³ Universidade Federal de Goiás - Jataí/ suely_silva@ufg.br

Resumo:

A pesquisa apresenta a reflexão realizada após observações feitas em instituição pública que acolhe menores abandonados entre, zero a dezessete anos de idade. Os sujeitos da pesquisa foram crianças que vivem em um Lar Transitório e que tinham de um a sete anos de idade com as quais realizamos observações. A pesquisa teve como objetivo principal refletir sobre a importância da família para as crianças dessa instituição pública de acolhimento a menores abandonados. Tem por objetivo apresentar alguns argumentos teóricos sobre o conceito de família e a importância que ela tem na infância e no processo de socialização da criança. Tomamos a instituição família como sendo importante direito que cada criança tem a fim de que possa vivenciar plenamente a infância; e apresentar a necessidade de mudança cultural sobre a importância da presença familiar para a criança durante a infância, de modo a romper a cultura do abandono de crianças na sociedade brasileira.

Palavras-chave: família; infância; socialização; direitos.

1. Introdução

Durante a realização da pesquisa, fizemos uma investigação com menores que vivem em uma instituição pública de acolhimento na tentativa de descobrirmos qual a concepção de família para os menores que foram em sua maioria, retirados de seus familiares e que por meio de decisão judicial passam a ser abrigadas em um Lar Transitório.

Nesta pesquisa recorreremos à constituição da história da infância e da família, com a finalidade de melhor situar e delinear a questão em debate. Conhecemos um pouco da realidade de algumas crianças de uma instituição pública, em que elas foram acolhidas depois de abandonadas pelos seus familiares ou retiradas deles, por ordem judicial. Tentamos entender o sentimento que crianças nessa situação, têm de família e como seria a família que

¹ Pedagoga pela UFG/CAJ

² Doutora em Educação pela UNB e Professora Adjunta no Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Goiás de Jataí.

³ Doutora em Educação pela USP e Professora Adjunta no Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Goiás de Jataí.

elas gostariam de ter. Rompendo com as formas implícitas e explícitas de reprodução social que naturaliza o abandono de crianças como se viver sob esta condição, fosse natural. Conforme aponta Bourdieu e Passeron (2014), as formas de reprodução social estão disseminadas na cultura, na educação e em práticas sociais que nem percebemos como é o caso de abandono de crianças. Trabalhamos os conceitos de autores que refletem esta temática, dentre eles: Silva (2005), Ariés (2006), Santos (2007), Freitas (2009), Silva (2010) Lima (2010), Motta (2010).

2. Objetivos da pesquisa

A percepção de que a família é importante para as crianças acolhidas se deu durante as observações que realizamos, nelas notamos que as crianças aguardam com muita ansiedade a volta a seus lares. Identificamos nas falas das crianças que a figura materna tem um forte vínculo com elas que sempre se referem a “mãe”, e em nenhum momento das observações as crianças se referiram ao “pai”, sendo uma possibilidade aberta para novas pesquisas. Por que elas falam somente na mãe? Onde está o sentimento pela figura paterna? Qual a implicação social dessa ausência não sentida ou subsumida? Como a paternidade ausente se reflete na socialização e educação das crianças abandonadas? Sabemos que a constituição da família como instituição social se consolidou por volta do século XVIII e devido o desenvolvimento industrial ela passou por muitas transformações nestes pouco mais de dois séculos.

3. Metodologia utilizada

A pesquisa é de natureza bibliográfica e observação direta. Nela, procuramos responder a problematização que teve o seguinte enfoque: qual é a concepção de família e a importância da mesma na infância, para crianças abandonadas? A investigação teve caráter de pesquisa campo e observamos crianças no dia a dia do Lar Transitório, também em momentos de visitas dos familiares, pois, algumas crianças recebem seus familiares. Os sujeitos da pesquisa são menores que se encontram em uma instituição pública destinada a acolher temporariamente crianças abandonadas ou em situação de risco, ou que sofreram algum tipo de maus tratos e foram tiradas das famílias por ordem judicial. Foram observadas 10 crianças no início da pesquisa, com idade de um a sete anos. Como se tratava de instituição transitória, ao final da coleta de dados, restavam três crianças internas.

Para realizar a pesquisa foi solicitada autorização da instituição com a assunção de nossa parte do compromisso de que os mesmos teriam a identidades preservadas. Segundo Gil (2002), em pesquisas dessa natureza é preciso garantir termos éticos que garantam a não identificação das pessoas observadas e entrevistadas bem como a não identificação da pessoa aos problemas, evitando constrangimentos no futuro. Os nomes são, portanto, fictícios.

4. Família, lar e infância

Como sabemos, a Revolução Industrial foi uma das causas que ajudou a família a se reorganizar, já que os registros históricos evidenciam que é nela que ocorrem novas configurações e novas relações sociais. Há registros de que a família passou de primitiva, para nuclear patriarcal e depois para família burguesa. Conforme Engels (2009), as modificações pelas quais a família passou; eliminou, construiu e reconstruiu sob novas bases para conceber a família que precisamos compreender e, sobretudo refletir e adaptar ou negar. De todo modo o modelo mais presente na literatura faz referência á classes médias e pouco se discute a estruturação da família rica ou de estratos pobres.

Os modelos de família assim como as representações sociais sobre ela necessitam ser analisadas se quisermos compreender os problemas que os membros enfrentam. Desse modo, a ideia de família não pode ficar fixada apenas no casal⁴, mas é inegável que essa estrutura fez parte da história social da família e continua a ser basilar.

Na Europa, no fim do feudalismo, devido à decadência da economia, o enfraquecimento da agricultura e o surgimento da burguesia, as famílias, em geral ao buscar condições de trabalho para sua sobrevivência, foram para a cidade. As condições eram precárias e a família não teve alternativa senão vender a força de trabalho de todos os membros, inclusive das crianças; com isso formou-se uma nova classe social que gerou uma reorganização da família. Gerando assim novas demandas para cada membro.

Na literatura brasileira autores como Fernandes (2013), Freyre (1986), De Hollanda e Benzaquen (1945), Patto (1987), Romanelli (1997), Saviani (1996) revelam as mudanças no modo de produção no Brasil. Por aqui, dadas as condições históricas e sociais do “descobrimento” e do “povoamento”, uma miscelânea de momentos amalgamou um cenário ainda mais complexo que o da Europa. Já que por aqui a escravidão e uma espécie particular

⁴ Na contemporaneidade o casal pode estar constituído de [(pai/mãe), (dois pais), (duas mães), (só pai), (só mãe), (pai/avós paternos), (mãe/avós maternos), (e mais uma infinidade de composições possíveis)

de feudalismo, caracterizado na figura do “coronel” instituiu uma forma particular de “feudo” imortalizada na figura da casa-grande e senzala obra de Freyre (1986) que em alguns aspectos se assemelhava ao sistema de produção feudal presente na Europa e cuja existência, especialmente nos estados do nordeste, ocorreram até o início do século XX. Tais autores descrevem a forma de organização social e familiar no Brasil.

Entre esses autores citamos Reis (2002) que debate a reorganização familiar retratando um pouco dessa nova estrutura familiar diferente da conjugal nuclear, em que os integrantes se resumiam a: esposo, mulher e filhos. A reorganização familiar alterou a noção de infância e de criança.

Entre os períodos do século XII ao XVII ocorreram grandes transformações no sentimento de infância. Ariès (2006), em estudo sobre o tema, mostra o quanto à ideia de infância demorou a ser aceita pela família e pela sociedade. Segundo o autor por volta do século XII a arte medieval desconhecia a infância e nem tentava representá-la. Ariès (2006) conseguiu localizar informações sobre a infância através das iconografias registradas, mas esse registro é apenas com crianças das famílias ricas. Obviamente esse registro iconográfico não era solicitado/realizado porque se compreendia a importância da infância ou algo parecido, mas porque as famílias de posse queriam, sobretudo, exibir⁵ os novos membros de sua família.

Ariès (2006) descreve que: “a família cumpria uma função, assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava muito longe na sensibilidade” (p.193). Segundo Ariès, a família no início da idade média não se importava com o sentimento de infância e as crianças, muitas vezes, eram tratadas como adultos em miniaturas; cumpriam regras rígidas e os pais se preocupavam somente em dar bens que seriam as heranças, estudo, bons casamentos e nomes para seus filhos. Se a criança não era entendida como um ser humano em formação não se cuidava do sentimento das crianças, sobretudo não se reconhecia a necessidade de que ela vivesse a infância.

Com o advento da modernidade, especialmente a influência dos Movimentos Iluminista e Racionalista gradativamente a infância foi sendo delineada e reconhecida e as famílias, em geral entre as famílias de classes médias começaram a difundir a importância de se transmitir sentimentos como; amor, carinho, dedicação, sensibilidade.

⁵ A posição econômica privilegiada exigia o registro da imagem, a ilustração, a pose, os registros da vestimenta, das viagens, das festas, etc., elementos que garantiam o *status* diferenciado e diferenciador.

Então, evidencia-se que a família, ao longo da história passou e tem passado por mudanças e ajustes às novas demandas que apareceram, dentre elas perceberem a existência das crianças como um novo ser a ser cuidado, amado e protegido até a maioridade. Atualmente o que se nota é o prolongamento tanto da infância como da juventude.

As transformações realizadas no trato das crianças têm influenciado no sentimento de infância. De acordo com Ariès (2006), a infância das crianças, no início, não era percebida pelos pais que muitas vezes, vestiam-nas como adultos e quando era representado nas artes, o contorno de seus corpos tinham formas de adultos em miniaturas. Na idade média existia a família, mas não existia o sentimento familiar já que ela é uma realidade moral e social demarcada pelo conceito de classe social. Os registros históricos sobre o assunto dão conta que: 1) Para os ricos a família se confundia com a propriedade e o nome; 2) Entre os pobres o sentimento de família também não existia.

Considerado o recorte por classe social, a educação para as crianças na idade média, segundo Ariès (2006), era junto com um adulto e só a partir dos sete anos algumas⁶ eram levadas para outra família que não a sua.

Assim, a escola passou a ser responsável pela educação das crianças que estudavam. As crianças muitas vezes eram levadas para o colégio, mesmo com a distância os pais começaram a se preocupar com seus filhos e os laços escola e famílias começaram a se estreitar dando origem a um clima sentimental.

Pode-se dizer que família é classificada por; um grupo de sujeitos que estão ligados por sangue, aliança ou adoção e é neste grupo que os indivíduos aprendem o grau da hierarquia e de autonomia, assim a sociedade vai se organizando na divisão do trabalho sexual. Segundo Bruschini (1989), ao nascerem os indivíduos são inseridos em um cotidiano e numa comunidade denominada de família e neste grupo aprendem a se comunicar, manipular objetos, recebem educação e aprendem as regras que a mesma impõe. Esta aprendizagem é passada através de observações, imitações, interações e trocas.

Por ser uma fase importante da vida, a infância é objeto de estudo da área da Sociologia denominada de Sociologia da infância. De acordo com Sarmiento (2005), na

⁶ Os de maior posse em cada condado/município que tivesse, e em geral tinham parentes vivendo em lugares mais desenvolvidos onde as possibilidades de ampliação da riqueza por meio do estudo ou do casamento e do relacionamento social. Embora não pesquise esse período, Bourdieu (2008), apresenta essa dinâmica do espaço social apresentando o jogo de interesses e alianças que as elites se esmeram em transmitir e ensinar aos sucessores. Educação Sentimental analisada por ele é um exemplo de obra que debate esse assunto.

compreensão da infância pela sociologia, um conceito é fundamental, o conceito de geração que é definido como uma estrutura relevante na construção das relações sociais. Para o autor:

[...] “Geração” é assumida como uma variável independente, trans-histórica, estando prioritariamente ligada aos aspectos demográficos e econômicos da sociedade. A infância é independente das crianças; estas são os autores sociais concretos que em cada momento integram a categoria geracional; ora, por efeito da variação etária desses autores, a “geração” está continuamente a ser “preenchida” e “esvaziada” dos seus elementos constitutivos concretos dos seus. (SARMENTO, 2005, p. 364, grifos do autor).

De acordo com Sarmento (2005), a geração faz parte da infância de uma pessoa, pois eles são os autores sociais desse grupo, e a mesma pode ser esvaziada e preenchida de acordo com os fatores demográficos. Ele defende que a infância não pode ser iniciada pela análise da construção histórica muito menos pelos fatores biológicos. Para ele, a infância deve ser analisada na natureza psicológica, pois as crianças são um grupo com um estatuto social. Este conceito é usado para estudar a infância, e pode contribuir significativamente na análise sobre a criança, a infância e o abandono.

A história da infância no Brasil registra a infância e menores abandonados desde o tempo do Brasil Colônia. Havia a prática da “roda dos expostos” que consistiu em uma prática de instituição de assistência à criança abandonada. Criada na Europa Medieval, a roda dos expostos também era utilizada no Brasil e consistia em deixar a criança por mães e/ou avós que não queriam o (a) filho (a) e o (a) deixava, geralmente as escondidas e a noite, na portinhola giratória construída para esse fim na parte da frente da assistência missionária, para adoção. De acordo com Freitas (2009), o abandono de menores é antigo. “[...] o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira. Só que antes da roda os meninos abandonados supostamente deveriam ser assistidos pelas câmaras municipais” (FREITAS, p. 54, 2009).

Mas nem sempre as crianças eram assistidas pelo município, muitos eram largados e acabavam sendo adotados por famílias que o faziam por caridade ou pensando na mão de obra familiar que obteria. É possível verificar em Lima (2010) a ocorrência de abandono de crianças desde meados dos séculos XIX. Segundo a autora:

A criação de creches, asilos e internatos no Brasil só teve início nos meados do século XIX, período consagrado pela abolição da escravatura. Este fato suscitou vários problemas em relação ao destino das crianças pequenas, filhas de escravos, concorrendo, assim, para o aumento do abandono de

crianças, visto que a liberdade dos pais não alcançavam os filhos, sendo, necessário, a criação dessas instituições, a fim de “armazenar” esses problemas (LIMA, 2010, p.107, grifos da autora).

Nos estudos descritos por Lima pode-se observar que a abolição da escravatura desintegrou a família dos escravos, já que os pais ganharam liberdade das grandes fazendas, mas os filhos não eram alcançados por esta liberdade, uma vez que várias crianças não tinham onde ficar para seus pais trabalharem, assim, cresceu o número de crianças abandonadas, sendo preciso criar os internatos, que seria hoje as instituições públicas que acolhem os menores abandonados. Geração após geração implantou-se no país certa banalização da paternidade/maternidade e naturalização do abandono de crianças.

Para Mannheim (1993), sociólogo húngaro, estudioso do tema das mudanças geracionais, geração pode ser definida por um grupo de pessoas que nasce e vive na mesma época, vivenciando os mesmos acontecimentos culturais, sociais e históricos. Portanto, é pela conexão geracional que muitas práticas se estabelecem em determinada cultura. Desse modo, embora contraditórios tanto a prática de proteger a criança e seu período de infância convive com a do abandono e da não proteção, sendo assim definido, no limite, pela condição econômica. As crianças abrigadas no Lar Transitório são as mais desprovidas de todo tipo de capital quer estético, quer de saúde, entre outras.

Há pelo menos três décadas o Brasil assumiu formas legais de garantir direitos. A aprovação da Constituição Federal de 1988, seguida do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, dentre outras subsequentes normatizações trouxeram nova linguagem e incorporou premissas republicanas e passaram a garantir direitos a todos e, especialmente aos grupos minoritários.

Inicialmente desenvolvido com finalidades higienistas e correcionais, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o abrigo passa a caracterizar-se como uma medida de proteção provisória que se aplica a qualquer criança e adolescente violado ou ameaçado em seus direitos básicos, seja pela ação ou omissão do Estado, omissão ou abuso dos responsáveis, seja em razão de sua própria conduta. Esta medida é excepcionalmente utilizada como forma de transição para uma posterior inserção das crianças e dos adolescentes em uma família substituta sem implicar a privação da sua liberdade (SANTOS, 2007, p. 07).

Quando as crianças estão no Lar Transitório, elas ficam sob a guarda do Conselho Tutelar e do poder judicial. Na prática, elas ficam sob a guarda dos funcionários do abrigo que

precisam contribuir para que meninos e meninas tenham condições de se restabelecerem em sua família de origem e com a comunidade. No Lar Transitório é obrigatório que tenham acesso à educação, lazer e saúde direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Espera-se que a criança e adolescente que vai para a instituição seja realmente por um tempo provisório, até que as famílias se organizem para receber novamente o (a) menor, já que a família é importante na infância de uma criança. Para que não se reproduzam práticas sociais conforme adverte BOURDIEU e PASSERON (2014).

De acordo com o ECA o menor que é retirado de convívio familiar, fica sobre guarda provisória, por um tempo determinado pelo juiz, que tem poder de liberá-lo para adoção ou voltar para a família. Mas devido a baixa demanda de famílias interessadas em adoção de crianças pobres e especialmente as mais crescidas, o lar transitório às vezes se torna permanente.

Devido ao grande número de casos de crianças e adolescentes abandonados ou vivendo em situação de risco, desde o ano de 2007 vem ocorrendo uma crescente demanda por vagas. O Lar Transitório passou a ter sede própria no ano de 2012. Antes, o atendimento ocorria em residências alugadas onde se improvisava quase tudo. A sede já foi mudada para vários bairros, no início da pesquisa o lar estava em um prédio alugado, a mesma atende as crianças da região e tem histórico de atendimento a crianças e adolescentes das cidades vizinhas. Um imóvel alugado cujas dependências não foram construídas arquitetonicamente para abrigar e socializar as crianças e jovens.

Durante as observações que ocorreram nos meses de junho com duas visitas sempre aos domingos com duração de uma hora e de novembro com uma visita para concluir a observação com o mesmo tempo de duração. No mês de junho havia 10 crianças com faixa etária entre seis meses e sete anos, ao término da pesquisa, no mês de novembro ficou três crianças entre um e cinco anos. As crianças que ali estavam foram retiradas pelo juiz. Nesta instituição, a criança fica sobre a guarda judicial e só pode ser retirada depois da decisão do juiz. Quando direcionada para adoção há processo longo que avaliará as condições da nova família e é necessária a desistência da criança por parte dos pais.

A nova sede da instituição possui vinte e um cômodos que foram subdivididos em: quatro banheiros, uma dispensa, um refeitório, dois quartos: um masculino e um feminino, um berçário, uma sala de coordenação, uma sala de apoio, uma cozinha, uma lavanderia, uma sala de TV, um almoxarifado, uma recepção, uma brinquedoteca, uma biblioteca, uma sala de

assistência social, uma sala de acompanhamento psicológico, uma secretária e uma sala de apoio pedagógico, área de lazer com gramado, parque e uma casinha de madeira.

A última casa que abrigava a sede do Lar Transitório tinha pouco espaço, situada no centro da cidade, por esse motivo em um dos portões havia uma lona preta presa, para que as crianças não tivessem contato com as pessoas da rua, havia dois portões de acesso, uma cozinha, uma sala onde ficava a televisão, quartos para as crianças dormirem, masculino e feminino, sala de coordenação, e área de visitas. A casa era escura e não havia espaço para os brinquedos. Abrigadas nestas condições precárias é de se esperar que as crianças não se sentissem bem ali. Os funcionários são: uma coordenadora, uma secretária, um motorista, duas cozinheiras, uma lavadeira, duas zeladoras, nove monitores (cuidadores) totalizando 17. – Os cuidadores são organizados em 12 horas de trabalho e 36 horas de folga. Todos pagos pela prefeitura municipal.

Os cuidadores sempre nos recebiam com muita atenção, as visitas ocorriam aos sábados e domingos sempre nos mesmo horário, não precisava agendar essas vistas, nestes dias todas as pessoas da sociedade podiam entrar e ter contato com as crianças sempre com a supervisão de dois ou mais cuidadores dependendo do número de visitantes, não sendo permitido gravar ou tirar fotos das crianças.

A instituição observada possuía a função de abrigar às crianças que foram retiradas de suas famílias por motivos de maus tratos ou abandono, todas elas demonstraram grande carência afetiva. No lar as crianças recebem alimentação, assistência médica, psicológica, apoio pedagógico, mas não recebem atenção devida que seria o afeto⁷. A instituição possui uma rotina a ser seguida. Algumas informações como histórico, endereço, nomes de pais das crianças não podem ser divulgados. A relação crianças ou adolescentes e cuidadores é alta. O que torna a relação entre eles bastante impessoal e pouco afetiva.

5. Conclusão

A observação permitiu olhar as crianças dessa instituição de uma forma mais reflexiva, entendendo os seus comportamentos, sentimentos e compreendendo que uma família é de suma importância para o bom desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que a condição da criança que vive em abrigo indica e explica os inúmeros

⁷ Afeto-Vínculo afetivo familiar (pai e mãe e demais familiares).

comportamentos sociais que elas têm. Obriga-nos a perceber que a condição de criança que elas vivem inviabiliza a que elas possam viver a infância e podendo até comprometer a adultez.

Abordamos o conceito de infância, com base em um referencial teórico constituído pela leitura base da obra de Philippe Ariés (2006), com a contribuição de autores como: Freitas (2009), Lima (2010), Santos (2007) e outros. O motivo da escolha justifica-se na leitura abrangente que os mesmos fazem desse tema contextualizando as transformações que o sentimento de infância passou desde o século XII até hoje no século XXI. O objetivo deste escopo foi compreender como surgiu o sentimento e o reconhecimento de que a criança não é um adulto em miniatura e para que o desenvolvimento das crianças ocorra de forma satisfatória, viver a infância com a família de forma agradável é fundamental.

Destacamos que é na convivência na família – desde a concepção, gestação, nascimento e crescimento – a criança desenvolve sua personalidade, identidade, alteridade, individualidade e cria vínculos afetivos e emocionais que ajudarão a fazer dela um adulto feliz e equilibrado.

Sarmiento (2005), a Sociologia da Infância define geração como uma estrutura relevante na constituição das relações sociais. As crianças fazem parte de uma geração que nasce e compartilham as mesmas experiências históricas. Sendo assim, é necessária a presença dessa área do conhecimento tanto na formação profissional de quem trabalha com criança e jovem quanto na formação da sociedade em geral daqueles que serão pais, mães, tios, avós, etc.

Abordamos que o lar transitório, instituição pública, que acolhe e ampara crianças e adolescentes abandonados ou maltratados pelos pais e/ou familiares deve ser encarada de forma mais séria pelas políticas públicas. Destacamos também a necessidade de divulgação adequada do ECA, Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, destinada ao amparo e proteção de crianças e adolescentes e, cuja representação social ainda é muito negativa já que seus princípios e finalidades encontrou uma forte barreira cultural e social em função de que no Brasil a função da paternidade foi desde o início, é bastante destorcida. O pai podia abandonar a criança ou maltratá-la, ou simplesmente ignorar a existência do filho ou filha, sem grandes consequências para ele.

A partir das observações realizadas nas visitas na instituição percebemos que as crianças embora relacionem entre si e com os visitantes não há substituto para as mães e

demais familiares. Fizemos a caracterização da instituição e dos sujeitos observados pontuando: algumas falas; relatos das visitas; a posição das crianças em relação ao papel da família; o brincar das crianças; os olhares; os gestos e visível confusão sobre si e sobre sua estadia. A incerteza sobre o futuro e o desenrolar da vida. E elas são só crianças ainda. Na atualidade há os vários formatos de família, que também precisa ser tratado na Sociologia e na Sociologia da Infância. Sendo a construção da identidade e da autonomia um processo complexo que depende das interações socioculturais e da vivência de boas experiências, bem como, da construção de vínculos afetivos.

A família é uma instituição social que desempenha um importante papel na formação da personalidade do ser humano, principalmente na infância, pois é dentro da estrutura familiar que são estabelecidos os vínculos emocionais e afetivos, e a mente é uma estrutura constituída na infância. Sendo nesta fase da vida que se forma a personalidade. Então se pode entender que a infância não é somente uma fase biológica, ela vai além da idade e a mesma é constituída de acontecimentos históricos e culturais nos quais as crianças participam das relações sociais possuem as suas próprias características, seu modo de pensar, brincar e de descobrir o mundo. O limite de uma infância é marcado conforme os países, época e classe social. Para analisar a infância e a família é preciso resgatar a história do sentimento de infância e a organização da família na sociedade e o que tem ocorrido com ambos neste período de transformação histórica.

Finalmente queremos destacar as questões geracionais, ao analisar os grupos é preciso observar os estilos de vida que circunscreve a vida cotidiana no mundo social contemporâneo. Ao analisarmos as crianças de zero a sete anos no lar transitório e como seria definida a geração delas, observamos que está conectada a geração da época delas.

Ao final da pesquisa as crianças Adriana, Raul, Rodrigo, Rafael, Maria Eduarda, foram devolvidos para seus familiares, ficaram somente Thiago e Eduardo que são irmãos e estavam aguardando pela mãe para busca-lós. Nas observações feitas sentimos como as crianças do abrigo são carentes dos pais, principalmente da mãe, esse foi o motivo pela escolha do título: “**Minha Mãe Vem Me Buscar: a esperança das crianças que vivem em abrigo.**” Já que todo o tempo víamos nas crianças a esperança que a mãe fosse buscá-las, mesmo vivendo aparentemente melhor no lar, eles ainda queriam suas casas e mães.

6. Referências

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006. 196 p.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern e Guilherme J, E. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre Zouq, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; Trad. DA SILVA, C. Perdigão Gomes. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2014.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.8.069/90. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.12.010/2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. **Uma abordagem sociológica de família**. Rev. Bras. Est. Pop. São Paulo, V.6n. 1p. 1-23 jan/jun.1989 acesso em: 16 de abr de 2012.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; DE ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 1995.

DOS SANTOS FERNANDES, Danila; DOS SANTOS, Danielle Carrijo Pessoa; GONTIJO, Daniela Tavares. Percepções dos educadores sociais do cotidiano em um abrigo para crianças. **Estudos**, v. 34, n. 1, p. 71-84, 2007. Disponível em: <http://fragmentos.ucg.br/index.php/estudos/article/view/308> acesso em: 11 set de 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2013.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 7. Cortez Editora, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Univ of California Press, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. São Paulo: Ática, p. 67-95, 1982.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil** 262f. (Dissertação Doutorado, Educação, trabalho e movimentos sociais). Universidade Federal de Goiás (2010).

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 1987.

REIS, Marília Freitas de Campos Torloni. **Infância, Escola e pobreza**. Editora Autores Associados, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.